

Uma nova agenda do multilateralismo comercial no pós-crise?

apoio



Direktion für Entwicklung und Zusammenarbeit DEZA
Direction du développement et de la coopération DDC
Swiss Agency for Development and Cooperation SDC
Agencia Suiza para el desarrollo y la cooperación COSUDE

CINDES é o coordenador da LATN no Brasil



Pedro da Motta Veiga

Novembro de 2009



Uma nova agenda do multilateralismo comercial no pós-crise?

*Pedro da Motta Veiga**

1. Introdução

A eclosão da crise financeira e econômica internacional, no segundo semestre de 2008, se deu em um ambiente político dominado por posições e visões críticas em relação aos impactos e às implicações do aprofundamento da interdependência econômica entre países e regiões (a globalização). Os impactos da crise sobre a economia real estão longe de se ter esgotado, mas foram suficientes para provocar, nos governos nacionais, respostas de política fortes e diversificadas, mobilizando instrumentos fiscais e monetários, bem como de política comercial e industrial.

Ainda que a crise também tenha acentuado a percepção dos riscos da interdependência - já bastante presente nos países do Norte e do Sul nos anos que a precederam - ela também produziu um esforço de coordenação de respostas nacionais e de reforma institucional de instituições multilaterais sem precedentes, através do G20. Embora o G20 seja uma instituição informal e não possa ser caracterizada como multilateral, ele concretizou esse esforço de coordenação, mobilizou as diversas instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC, entre outras) e definiu para estes mandatos específicos relacionados às reações à crise e à reforma da arquitetura financeira internacional.

Na área de comércio e investimentos, o principal objetivo explícito do G20 é a manutenção de uma economia internacional aberta. No entanto, a agenda do Grupo contempla outros temas e objetivos cuja consecução tende a gerar tensões comerciais e a produzir novas alterações nos fluxos comerciais e de investimen-

* Do Cindes - Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (www.cindesbrasil.org).

tos: a redução dos desequilíbrios macroeconômicos globais, a busca da segurança energética e alimentar são alguns dos temas da agenda do G20 que têm elevado potencial de geração de conflitos comerciais.

Portanto, a consecução do objetivo do G20 na área de comércio e investimentos exigirá que a agenda comercial, especialmente em âmbito multilateral, integre vários outros temas prioritários do Grupo e principalmente aqueles que têm maior potencial para afetar negativamente o macro-objetivo do G20 na área comercial.

Esse trabalho discute sucintamente a evolução do ambiente político que marcou o processo de globalização nos anos pré-crise e suas implicações para as negociações comerciais (seção 2). Em seguida, analisam-se os impactos da eclosão da crise e dos temas de política que emergem em função das respostas nacionais sobre aquele ambiente político, buscando explicitar os desafios que a agenda pós-crise coloca (seção 3). Levando em conta esses desafios, uma exploração impressionista da agenda do G20 identifica os temas que tendem a ganhar importância na esfera do multilateralismo comercial, em função da implementação daquela agenda (seção 4). Finalmente, apresentam-se alguns comentários finais do trabalho (seção 5).

2. A agenda comercial antes da crise: do consenso liberal à corrida pela segurança¹

Desde o final dos anos 90, os objetivos de liberalização dos fluxos de comércio e investimentos e de convergência das políticas e regulações nacionais em torno de um vetor liberal perderam força na agenda econômica internacional.

Isso se explicitou de forma notável na esfera das negociações comerciais - um *must* dos anos 90. Nos países em desenvolvimento mais relevantes a agenda de liberalização *cum* convergência regulatória tornou-se cada vez mais condicionada pela “agenda de desenvolvimento”. Já nos países desenvolvidos a postura frente às negociações passou a traduzir com intensidade crescente todo tipo de “*non trade concerns*” e, em especial as preocupações ambientais e trabalhistas.

À medida que os efeitos da competição Norte-Sul se disseminavam pelos mercados de trabalho dos países desenvolvidos – afetando inclusive setores até então naturalmente protegidos da competição externa – o apoio político aos objetivos de liberalização comercial reduziu-se no Norte².

Em ampla medida, a evolução nas percepções e nas preferências de política nos países desenvolvidos é um efeito das mudanças associadas à “emergência do Sul”. No plano doméstico, os países desenvolvidos são submetidos a pressões que testam a resiliência dos mecanismos de coesão social que deram respaldo a suas estratégias de crescimento aberto ao mundo. No plano internacional, as potências emergentes questionam a liderança *de facto* e *de jure* exercida pelos EUA e

¹ Essa seção reproduz, em larga medida, a seção 3 do texto de Motta Veiga, P. e Rios, S. (2009).

² De acordo com a The Warwick Commission (2007), “há hoje um apoio crescente para a visão de que a divisão do trabalho gerada pelo crescimento econômico dos principais países em desenvolvimento, como a China e a Índia, está tendo conseqüências negativas para as principais economias, especialmente os EUA e a União Européia”.

pela União Européia sobre as instituições da ordem econômica mundial e demandam mudanças que traduzam a nova distribuição de poder econômico no mundo. Essas duas tendências convergem para gerar o que Pisani-Ferry (2005) denomina “fadiga da globalização”,

Além de uma menor disposição para aprofundar a liberalização comercial, registrou-se nos últimos anos, especialmente nos países desenvolvidos, um recrudescimento de medidas destinadas a controlar a entrada de investimentos diretos estrangeiros quando esses se traduziam em operações de compras de grandes empresas nacionais operando em setores considerados “estratégicos”.

Essas restrições afetaram mais intensamente os fluxos Sul-Norte, as preocupações com a influência estatal nas decisões de investimentos de empresas e fundos dos países em desenvolvimento desempenhando papel central na adoção deste tipo de medidas. Mas elas também impactaram os fluxos Norte-Norte e, no caso dos países da União Européia, os fluxos de investimento intra-regionais.

Em diversos países desenvolvidos (EUA, países europeus) e na Rússia, fortaleceram-se ou reintroduziram-se mecanismos de *screening* dos IDEs e se estabeleceram listas de “setores estratégicos” em que os investimentos externos passaram a depender de aprovação prévia dos governos. Em muitos desses países, a emergência de fundos soberanos de países em desenvolvimento como investidores internacionais fortaleceram as preocupações em relação aos investimentos externos.

Nos países em desenvolvimento, apesar de algumas não menores diferenças de posturas entre as regiões, prevalece em geral percepção de que a contribuição da liberalização e dos acordos comerciais e de investimentos para o crescimento é limitada e não justifica grandes investimentos políticos por parte dos governos.

Da preocupação com o gerenciamento (governança) da globalização evoluiu-se, no Norte mas também em países do Sul, para posturas francamente críticas à própria dinâmica de aprofundamento da interdependência econômica e para políticas

que buscam proteger as nações dos efeitos da interdependência e lograr a auto-suficiência na produção de alimentos básicos e de insumos essenciais. O nacionalismo econômico voltou à cena, em países em desenvolvimento e em países desenvolvidos, onde coloca em questão até mesmo o mais antigo e sofisticado esquema de integração regional, a União Européia.

Além disso, a consolidação, em países cujas opções e histórias se distanciam do modelo liberal democrático (China, Rússia e Irã), de novos pólos de poder regional e global também contribui para gerar “massa crítica” e apoio internacional a experimentos pós e até mesmo francamente anti-liberais.

Nesse cenário, a emergência de novos temas na agenda internacional - nos anos que precederam a eclosão da crise financeira de 2008 - ocorreu sob uma ótica específica e carregada de conseqüências e de significados políticos: a ótica da segurança³. Segurança alimentar e segurança energética são dois temas que ganharam relevância nos anos anteriores a 2008, disputando prioridade com problemas globais como a mudança climática e a exaustão de recursos naturais não renováveis.

A principal “vítima” da crise de legitimidade que atravessa as instituições de governança internacional é o multilateralismo. As dificuldades que precederam o lançamento da corrente Rodada de negociações na OMC e que acompanham até hoje as negociações em Genebra, são reveladoras do ambiente em que evolui o multilateralismo.

Mas o “regionalismo” também sofreu, nos anos que precederam à crise, os efeitos de um ambiente que crescentemente se distancia daquele que viu a difusão dos acordos preferenciais nos anos 90. Nesse período, mais do que a liberalização, a busca de acordos comerciais preferenciais e de mecanismos de comércio adminis-

³ Como observa Summers (2009), “questões relacionadas à alavancagem e à vulnerabilidade estratégicas agora desempenham um papel mais importante nas discussões de política econômica”. Sobre o tratamento de temas econômicos sob a ótica de segurança, ver Heidrich e Merke (2005).

trado bilateralmente parecia refletir a demanda dos países por instrumentos que lhes ofereçam a garantia de segurança econômica, em termos de acesso a matérias primas, energia, alimentos, etc.

Apesar dessa evolução “desfavorável” do ambiente político em que ocorre o processo de globalização, este manteve seu dinamismo na primeira década do século XXI. Na realidade, desenvolveram-se, nesse período, novos canais e modalidades de interdependência, estreitamente vinculados à emergência das grandes economias em desenvolvimento. Ilustram essa tendência a expansão internacional de grandes empresas originárias de países em desenvolvimento, o papel da China no financiamento dos déficits dos EUA e na manutenção do valor do dólar e o resgate de instituições financeiras dos países desenvolvidos por instituições dos países em desenvolvimento (fundos soberanos), no auge da crise de 2008.

3. Os desafios da agenda internacional pós-crise

Em relação ao ambiente político que “enquadrava” a agenda econômica internacional nos anos anteriores à eclosão da crise, esta - um produto direto da interdependência - veio fortalecer percepções e comportamentos defensivos e de aversão à globalização. Especialmente nos países desenvolvidos, a crise conferiu ainda maior legitimidade à adoção de políticas mitigadoras dos impactos da interdependência econômica. Essas políticas traduziram-se, na fase de reação imediata à crise, em iniciativas de apoio e subsídio a empresas nacionais, muitas vezes discriminando contra empresas não nacionais, e na introdução de novas barreiras aos fluxos comerciais.

Neste sentido, a crise atual agregou novas fontes de tensão e conflitos a um ambiente político bastante crítico à globalização. Isso ocorre seja em função das

políticas nacionais adotadas em resposta à fase mais aguda da recessão⁴, seja como decorrência dos desafios que enfrentarão as principais economias do mundo nas fases que se seguirão à estabilização pós-crise. As fases que se seguirão à estabilização pós-crise exigirão substanciais mudanças econômicas domésticas, pois os governos deverão atacar “as políticas que causaram a crise” (na fase de ajustamento) e, em seguida (na etapa de reformas), “as estruturas econômicas e políticas que levaram a tais políticas” (Frieden, 2009).

Nessa linha de raciocínio, a prioridade a temas econômicos domésticos com implicações diretas sobre as expectativas de crescimento econômico e sobre os mecanismos de coesão social reduzirá a importância da agenda internacional para estes países. Mais ainda, “quando os compromissos econômicos internacionais parecem entrar em conflito com objetivos domésticos cruciais, é quase certo que estes prevalecerão”. Esta é, segundo Frieden, a verdadeira ameaça que a crise traz para a globalização: “não é um súbito mergulho em guerras comerciais, mas a erosão gradual do apoio a medidas que requerem compromisso com os parceiros comerciais e financeiros, um declínio gradual nos padrões de cooperação e colaboração”⁵. No cenário pós-crise, os “potenciais contra-pesos a interesses nacionalistas e protecionistas terão se tornado muito mais frágeis”.

As diferenças entre os diagnósticos apresentados pelos EUA, União Européia e China quanto aos fatores que estiveram na origem da crise financeira antecipam as dificuldades para encaminhar medidas cuja eficácia dependa da cooperação internacional, em função da presença de fortes “constrangimentos políticos domésticos conflitantes” naqueles países. Segundo Pettis (2009), “considerações

⁴ Muitas das medidas adotadas, especialmente em apoio a empresas nacionais ameaçadas, podem vir a produzir efeitos mais do que temporários, afetando de forma durável a posição competitiva de grandes empresas nos principais mercados mundiais.

⁵ “As national constituencies become more insistent on the urgent need to address domestic problems, policymakers in many nations are likely to find themselves drawn toward unilateralism as an attractive alternative to the complexities, uncertainties and potential sacrifices involved in working toward greater international cooperation” (Frieden, 2009).

políticas domésticas irão criar enormes (...) abismos entre políticas que atacam os desequilíbrios globais e as que lidam com preocupações domésticas relacionadas ao emprego”⁶.

De acordo com Frieden, tudo isso aponta na direção de reduzir os interesses dos principais países na cooperação econômica internacional. No entanto, mesmo que somente de forma parcial se aceite o pessimismo (ou realismo) de Frieden e seja possível equilibrar as prioridades domésticas com objetivos internacionais, o estabelecimento de uma agenda pós-crise deverá ser capaz de lidar com um ambiente muito diferente daquele que vigorou nos anos 80 e 90.

E isso não apenas porque o ambiente pré-crise já se distanciara do que marcou a década de 90 - e esta distância somente cresceu nos anos que precederam imediatamente à eclosão da crise. Mas também porque a crise intensifica a percepção dos riscos da interdependência, introduz novas fontes de tensões e conflitos econômicos entre países - relacionados tanto às respostas nacionais de política quanto aos esforços de ajustamento e de reforma pós-crise - e produz um ambiente menos favorável à cooperação na esfera internacional.

Pode-se argumentar que a crise econômica contribuiu para produzir um novo consenso internacional na área de política econômica. Esse consenso, no pólo oposto do modelo liberal, valorizaria o papel do Estado como regulador, mas também como promotor do crescimento e protetor dos empregos domésticos. Apesar das respostas de política à crise confirmarem certa convergência de objetivos e instrumentos usados por países desenvolvidos e em desenvolvimento, nada indica que essa convergência vá além dos esforços para superar a fase mais aguda da

⁶ Pettis (2009) sugere que o trade-off que viabiliza a redução dos desequilíbrios macro globais teria, ao menos nos seus primeiros anos de vigência, elevados custos políticos para os EUA e a União Européia, que teriam que conviver com a continuidade da “migração de empregos” para a China. Para Pettis, o trade off passa pela coordenação da expansão fiscal entre os principais atores - de forma a evitar uma destruição abrupta da demanda global, o que afetaria principalmente as exportações chinesas - e pela manutenção dos mercados dos EUA e da UE abertos aos produtos chineses. Em troca, os chineses se comprometeriam a impulsionar fortemente o consumo doméstico.

crise. Mais importante ainda, mesmo que se faça a hipótese de uma convergência internacional em torno de modelo de política econômica baseado em forte presença do Estado e no nacionalismo (na área de comércio e investimentos), essa convergência política é portadora de um potencial elevado de conflito, mais do que de cooperação.

4. A recomposição do multilateralismo comercial: que agenda?

A percepção da inadequação do arcabouço institucional do multilateralismo montado no imediato pós-Segunda Grande Guerra à evolução da economia internacional sob o impacto de três décadas de aprofundamento da interdependência deu lugar, entre os especialistas e *policymakers*, a uma grande variedade de propostas relacionadas à governança da globalização. A sequência acelerada de crises (alimentar, energética, financeira e econômica) nos últimos anos e a crescente importância atribuída, no Norte e no Sul, à agenda de impactos da globalização apenas acentuou esta tendência. Muitas vezes, as crises e as políticas adotadas em resposta a estas explicitaram a relação entre temas e agendas que são tratadas em foros internacionais diversos, como “comércio” e “mudança climática”.

A percepção destas interseções temáticas gerou tanto projetos ambiciosos de reformulação da arquitetura de governança econômica global quanto propostas focadas na discussão do escopo de negociação de instituições específicas, como a OMC. Grande parte das propostas tem como objeto o multilateralismo, percebido, em um ambiente que favorece o unilateralismo e os arranjos preferenciais fortemente administrados e discriminatórios, como a mais adequada rede de proteção e de provisão de segurança econômica para o sistema econômico mundial. Quais as perspectivas do multilateralismo e que agendas seriam capazes de revigorar o sistema multilateral de regras e instituições, abalado por forte crise de legitimidade?

Limitando a discussão deste tema à área de comércio e de investimentos, é preciso ter claro o ambiente político em que se vive hoje - e se viverá nos próximos anos. Neste campo, a situação é claramente de impasse e, tanto no Norte quanto no Sul, prevalecem as percepções de que a agenda comercial tornou-se excessivamente invasiva e limitadora das opções de política econômica e social dos países.

Esta percepção traduz uma mudança de paradigma de políticas, especialmente nos países desenvolvidos. Nesse novo cenário, um tipo de relação entre acordos comerciais multilaterais e agenda de política econômica doméstica que era percebido nos anos 90 como funcional aos objetivos dos governos nacionais passa a ser visto como desfuncional e os compromissos comerciais são percebidos como restrições ilegítimas a objetivos nacionais legítimos. Esse elemento essencial do novo ambiente deve ser levado em conta em qualquer discussão acerca do futuro do multilateralismo comercial.

Tomar em conta essa nova característica e as dinâmicas que a sustentam politicamente significa reconhecer que a agenda do multilateralismo não poderá ter como objetivo central - como ocorreu na Rodada Uruguai - restringir o potencial discriminatório e distorsivo das políticas nacionais⁷. O objetivo agora seria o estabelecimento de “regras de convivência pacífica” entre, de um lado, Estados nacionais mobilizados por agendas de crise e de segurança e, de outro, um sistema multilateral ameaçado pela multiplicação de mecanismos e políticas discriminatórias.

De certa forma, esse objetivo não se distancia muito daquele que caracterizou tradicionalmente o GATT - que é menos um instrumento de liberalização à *outrance* que um processo negociador entre interesses ofensivos e defensivos em torno de um vetor de liberalização comercial. A novidade aqui é a intensidade da demanda dos Estados nacionais por incluir nos acordos comerciais *policy spaces* para mobi-

⁷ Como ocorreu na Rodada Uruguai, através de acordos como TRIMs, ASMC, além dos compromissos de redução de tarifas e subsídios agrícolas.

lizar recursos e instrumentos por eles percebidos como necessários para alcançar seus objetivos estratégicos e para mitigar os riscos da interdependência.

Uma aproximação do tema da agenda pós-crise do multilateralismo pode ser feita através da discussão dos impactos previsíveis da agenda do G20 sobre os fluxos e as políticas de comércio e de investimentos internacionais. O G20, embora não seja uma instituição multilateral, representou a principal resposta quase-multilateral à crise e mobilizou em torno de sua agenda todas as principais instituições econômicas multilaterais, do FMI à OIT, passando pela OMC. Nesse sentido, a agenda que emerge das três reuniões de líderes do G20 (realizadas entre novembro de 2008 e setembro de 2009) parece ser uma *proxy* razoável de um novo consenso internacional sobre objetivos e métodos de gestão da interdependência econômica.

Em relação ao sistema de comércio mundial, o principal objetivo inscrito na agenda do G20 (tal como esta emerge dos três comunicados finais das reuniões de líderes ocorridas até setembro de 2009) é a manutenção de uma economia global aberta e o principal compromisso assumido pelos países do Grupo vai no sentido de não introduzir medidas unilaterais que distorçam fluxos de comércio e investimentos.

No entanto, a agenda do G20 contempla outros temas e objetivos cuja consecução tem algum potencial para gerar tensões comerciais e produzir novas distorções nos fluxos comerciais e de investimentos: a redução dos desequilíbrios macro globais, a busca da segurança energética e alimentar são alguns dos temas da agenda do G20 que têm elevado potencial de geração de conflitos comerciais.

Portanto, a consecução do objetivo do G20 na área de comércio e investimentos exigirá que a agenda comercial, especialmente em âmbito multilateral, integre vários outros temas prioritários do Grupo e principalmente aqueles que têm maior potencial para afetar negativamente o macro-objetivo do G20 na área comercial. Não se trata obviamente de trazer para a OMC todos os temas do G20, mas sim as questões relacionadas aos impactos destes temas sobre o comércio e o investimento internacional.

Como uma primeira aproximação a este tema, apresentam-se no quadro ao lado:

- os principais temas que fazem parte da agenda do G20, tal como esta se consolidou nas três reuniões realizadas entre novembro de 2008 e setembro de 2009 (incluem-se apenas os temas que têm potencial para impactar o macro-objetivo do Grupo, na área comercial);
- as medidas de política adotadas ou a adotar para alcançar os objetivos da agenda do G20;
- os principais impactos que os diferentes temas da agenda podem produzir sobre fluxos e políticas de comércio e de investimentos; e
- o conteúdo temático de uma agenda comercial compatível com os objetivos do G20.

Os objetivos do G20 e implicações para a agenda comercial

Temas da agenda do G20	Medidas de política nacionais	Impactos potenciais nos fluxos de comércio e/ou investimentos	Temas de negociação comercial
Esforços fiscais anti-crise	Bail-outs, subsídios, incentivos a empresas nacionais.	Discriminação contra empresas e investimentos estrangeiros.	Subsídios em bens e serviços, regimes de IDE, tratamento de investimentos x rationale de segurança (setores estratégicos, fundos soberanos, etc)
Redução de desequilíbrios macro globais	Incentivos à exportação e proteção a produtores domésticos nos países deficitários e ao consumo doméstico nos superavitários.	Aumento das exportações e redução de importações dos países deficitários. Reequilíbrio de fluxos comerciais.	Subsídios, mecanismos de proteção contingente (AD, salvaguardas).
Regulação do sistema financeiro	Revisão dos quadros nacionais de regulação e supervisão das atividades financeiras	Impactos sobre comércio e investimentos de serviços financeiros	Liberalização de serviços x objetivos de regulação
Energia e mudança climática	Medidas nacionais para garantir segurança energética, políticas de mitigação da mudança climática. Subsídios a combustíveis fósseis.	Busca de auto-suficiência: distorção dos fluxos comerciais, impactos sobre exportações de países em desenvolvimento (intensivos em carbono), novas exportações competitivas de produtos com baixo teor de carbono.	- Segurança energética x liberalização de serviços. BCAs e outras barreiras comerciais com rationale de mitigação da mudança climática. - Subsídios para esforços de mitigação e desenvolvimento de novas tecnologias e produtos verdes (voltam subsídios não acionáveis?). - Negociação de disciplinas para subsídios a combustíveis fósseis.
Segurança alimentar e pobreza	Medidas nacionais para garantir segurança alimentar: subsídios e proteção à produção doméstica, impostos de exportação, compra de terras para produção direcionada a mercado do comprador, etc	Distorção de fluxos de comércio e de investimentos, bilateralização de acordos e fluxos	Segurança alimentar x liberalização dos mercados agrícolas (comércio e subsídios).

5. Comentários finais

Ao se considerar o G20 como a principal instituição internacional voltada para o estabelecimento de uma agenda negociada para os temas relacionados à reação à crise, à saída de crise e às reformas do pós-crise, identifica-se um conjunto de temas e objetivos que apresentam forte interseção com a meta (explícita nas declarações do G20) de manutenção de uma economia global aberta. Essa interseção antecipa a possibilidade de, ao perseguirem objetivos de recuperação e de reforma pós-crise, os países adotem medidas que gerem novos conflitos internacionais na área de comércio e investimentos.

Esse trabalho buscou identificar algumas dessas potenciais áreas de conflito e sugeriu que os temas a ela relacionados seriam candidatos a fazer parte de uma agenda multilateral voltada para manter aberta a economia global.

Como se percebe na seção anterior, alguns temas aparecem de forma recorrente nessa possível nova agenda multilateral. Entre eles, destacam-se os seguintes:

- subsídios – ganham prioridade por diferentes razões: as respostas de política através de subsídios tendem a produzir efeitos duradouros, influenciando as condições de competição em mercados setoriais e distorcendo fluxos comerciais e de investimentos no pós-crise. Além disso, no menu de políticas dos países desenvolvidos para mitigar a mudança climática encontram-se mecanismos de subsídios. O mesmo se pode dizer das ações nacionais relacionadas à segurança energética e alimentar.
- investimentos – aqui também diversas evoluções convergem para conferir ao tema nova prioridade e para fazer da esfera multilateral a mais adequada para o seu tratamento. De um lado, há o questionamento, tanto nos países do Norte quanto nos do Sul, do modelo de acordo bilateral de investimentos hegemônico nos anos 90. De outro, está o recrudescimento, já

antes da eclosão da crise econômica, de novas formas de “protecionismo” e de discriminação contra os investimentos diretos externos, novamente nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nestas novas formas de discriminação, ganham relevância argumentos de segurança e preocupações com a atuação dos fundos soberanos dos países emergentes.

- inclusão de novas dimensões (preocupações de segurança) em temas já tratados. É o caso de agricultura e serviços (energia), em que preocupações de segurança tendem a dominar as agendas nacionais dos países, trazendo novos riscos para a manutenção de uma ordem global aberta. Nesse caso, mais do que questionar a legitimidade dessas preocupações, tratar-se-ia de criar *frameworks* para lidar com preocupações de segurança, ao mesmo tempo minimizando os riscos de protecionismo e discriminações associados a tais preocupações.

Referências Bibliográficas

- **Baldwin, R. (2006a)** - *Globalisation: the great unbundling(s)*, in Globalisation challenges for Europe, Secretariat of the Economic Council, Finnish Prime Minister's Office, Helsinki.
- **Frieden, J. A. (2009)** - *The crisis and beyond: prospects for international economic cooperation*, paper prepared for a conference organized by the Ministero dell'Economia e delle Finanze and by the Centre for Economic Policy Research on "Where are the new engines of growth", Rome, 23-24 July.
- **Motta Veiga, P. e Rios, S. (2009)** – *A América Latina frente aos desafios da globalização: ainda há lugar para a integração regional?* in Cardoso, F.H. e Foxley, A. (2009) – *América Latina: Desafios da democracia e do desenvolvimento – Governabilidade, globalização e políticas econômicas para além da crise – Volume 1 – Ed. Campus.*
- **Pettis, M. (2009)** - The G20 meetings: no common framework, no consensus, Policy Brief 79, Carnegie Endowment for International Peace, may.
- **Pisani-Ferry, J. (2008)** - *Será o multilateralismo capaz de sobreviver ao crescimento dos BRICs?* In Revista Brasileira de Comércio Exterior n. 94, ano XXII - janeiro/março.
- **Warwick Commission, The (2007)** - The multilateral trade regime: which way forward? The University of Warwick.